

Senado mostra incôerncia para tratar uso da máquina oficial

Restrição a governador que disputar reeleição pode ser remetida à lei eleitoral, que tem duas propostas de alteração tramitando

Maria Cristina Fernandes
de Brasília

O Senado que começa a discutir a emenda da reeleição com propaladas preocupações em relação ao uso da máquina de governo nos estados é o mesmo que, em janeiro de 1995, anistiu o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), cassado em todas as instâncias da justiça eleitoral, pelo uso da gráfica da Casa na impressão de panfletos de campanha. Presionado pela necessidade de man-

A recusa em ampliar poderes da justiça eleitoral é um dos poucos consensos

ter o PMDB em sua base eleitoral, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a anistia e enfrentou o primeiro desgaste de opinião pública de seu recém-empossado governo.

"Não se pode tirar do Congresso o poder de anistiar seus parlamentares", diz o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), relator do projeto de reforma política e um dos principais interlocutores do governo na tramitação da emenda da reeleição no Senado. Na Câmara, o relator da lei eleitoral que vai reger o pleito de 1998, deputado

Carlos Apolinário (PMDB-SP), também não quer se imiscuir nas prerrogativas do Congresso em rever decisões da Justiça Eleitoral. "É uma questão para um outro projeto de lei", diz o deputado.

"O Congresso quer coibir o abuso da máquina por parte de adversários que vão disputar eleição no poder, mas mantém a tradição conservar restrito o poder da Justiça Eleitoral", diz o professor de Ciência Política da Universidade de Brasília, David Fleischer, interlocutor frequente dos parlamentares que lidam com legislação eleitoral e partidária no Congresso.

A recusa em ampliar os poderes da Justiça Eleitoral no pleito mais merecedor de fiscalização da história eleitoral brasileira é um dos poucos consensos hoje no Congresso sobre a emenda da reeleição. A emenda hoje tramita no Senado, com votação prevista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na próxima semana e no plenário, antes do final de maio. Outro consenso é o de que a re-

candidatura do presidente da República, tal como aprovado na Câmara, dificilmente será alterada. A emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que prevê a desincompatibilização para presidente, governadores e prefeitos que se recandidatarem tem chances praticamente nulas de vir a ser acolhida.

Tampouco é visto com grandes chances de ser aprovada a iniciativa que remete às disposições transitórias da Constituição três diferentes datas para a adoção da reeleição nos três níveis de governo: 1998 para presidente da República, 2000 para prefeitos e 2002 para governadores.

Mais problemática é a emenda do senador Lucídio Portela (PPB-PI), que prevê a desincompatibilização apenas para governadores e prefeitos. Para evitar que o Senado acolha esta emenda, os líderes governistas querem dividir com os governadores de estado a tarefa de persuadir os senadores dissidentes. Mais de um terço da

Casa é composto de virtuais adversários dos atuais governadores nas eleições de 1998.

"A única coisa que podemos garantir no momento é que ninguém vai mexer na recandidatura do presidente da República e que o projeto não volta para a Câmara. O restante ainda está para ser negociado", diz o senador Sérgio Machado. Para não voltar à Câmara, Casa em que iniciou sua

tramitação, é preciso que a emenda da reeleição seja aprovada sem modificações. Eventuais mudanças que resultem da negociação no Senado podem vir a constar de projeto de lei complementar que estabeleça prazos de desincompatibilização para governadores ou de projetos de lei específicos no sentido de coibir o uso da máquina de governo.

A discussão poderá ainda ser remetida ao projeto de lei eleitoral que está sendo relatada pelo deputado Carlos Apolinário na Câmara. O deputado tem até julho para apresentar seu relatório

na Comissão Especial que vai analisar a nova lei eleitoral. A comissão é presidida pelo deputado Mendonça Filho (PFL-PE), o autor da emenda constitucional da reeleição.

A disposição inicial do relator é a incluir em seu relatório o voto à participação do presidente e de governadores candidatos em inaugurações de obras ou à liberação de verbas não-orçamentárias em ano eleitoral. "O presidente da República não me preocupa, porque sua campanha vai ser acompanhada passo a passo pela opinião pública. O que me preocupa são os governadores", diz Apolinário.

O senador Sérgio Machado não acredita que tal voto seja suscetível de aprovação. "É inconcebível que o País passe um ano com obras paralisadas por causa das eleições", diz o senador Sérgio Machado.

Senador e deputado também divergem em relação ao financiamento de campanha. Sérgio Machado quer financiamento exclusivamente público; Carlos Apoli-

nário não apenas defende financiamento privado como quer que os atuais limites de contribuição – 2% do faturamento para empresas e 10% da renda para pessoas físicas – sejam ampliados. "O financiamento público daria mais igualdade de chances para os adversários dos governadores", diz Machado. "O financiamento público provocaria um desgaste muito grande frente à opinião pública", diz Apolinário.

Tampouco há consenso sobre o estabelecimento de prazos de desincompatibilização. O senador Sérgio Machado é do grupo que considera casuismo o estabelecimento

de um prazo exclusivo para senadores. Uma outra ala diz que já há jurisprudência para a fixação de diferentes prazos. A eleição de 1986 é citada como exemplo em que, enquanto governadores e prefeitos tiveram seis meses para se desincompatibilizar, os ministros do então presidente José Sarney foram obrigados a deixar o cargo com nove meses de antecedência.

